

## **ENTRE O MOVIMENTO DAS MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM E AS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS: DISCUSSÕES SOBRE GENDER MAINSTREAMING**

*Brenda Moreira Marques<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo central realizar um exercício de discussão acerca da trajetória do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), entre os anos de 1998 e 2018, frente às três principais agendas internacionais para o desenvolvimento propostas no âmbito da Organização das Nações Unidas (Agenda 21- Agenda de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental, verificando se há relação entre o MMIB e as agendas internacionais de desenvolvimento, a partir do diálogo entre teóricas feministas da Escola teórica de Gênero e Desenvolvimento (GED) dentro do conceito de Gender Mainstreaming e reflexões feministas de inspiração ou aproximação pós-colonial, pois – ainda que existam produções referentes às relações entre mulheres, gênero e o tema do desenvolvimento nas Relações Internacionais desde aproximadamente a década de 1970 –, o assunto tem sido pouco explorado sob os olhares de pesquisadores e pesquisadoras feministas do Sul Global com relação às experiências de protagonismo de mulheres amazônidas, aqui representadas pelo MMIB. Assim, entre os principais resultados da pesquisa, está a revisão das discussões tradicionais da escola GED, ampliando o debate em direção às conexões entre desigualdade de gênero, desenvolvimento e o “particular” da trajetória do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, Amazônia

## **BETWEEN BELÉM ISLANDS WOMEN’S MOVEMENT FACING THE INTERNATIONAL AGENDAS FOR DEVELOPMENT WITHIN THE UNITED NATIONS: LENS OF GENDER MAINSTREAMING**

**RESUMO:** The main objective of this paper is to discuss the Movement of Women of the Isles of Belém (MMIB) (1998-2018) against the three main international agendas for development proposed in the United Nations (Agenda 21-ODM-ODS). For this, a bibliographical and documentary research is carried out, verifying if there is a relation between the MMIB and the international agendas of development, from the dialogue between feminist theorists of the School of Gender and Development (GED) within the concept of Gender Mainstreaming and feminist reflections with postcolonial content, even though there are productions related to relations between women, gender and the theme of development in International Relations - since the 1970s, the subject has been little explored under the eyes of feminist researchers and researchers from the Global South in relation to the experiences of protagonism of Amazonian women, represented here by the MMIB. Thus, among the main results of the survey, is the review of the traditional discussions of the GED school, widening the debate towards the connections between gender inequality, development and the "particular" of the trajectory of the Belém Islands Women's Movement.

**Palavras-chave:** Development, Belém Islands Women’s Movement, Amazon

## **EL MOVIMIENTO DE MUJERES DE LAS ISLAS DE BELÉM Y LAS AGENDAS PARA EL DESARROLLO EN LAS NACIONES UNIDAS: MIRADAS EN TRANSVERSALIZACIÓN DE ENFOQUE DE GÉNERO**

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais, na Universidade da Amazônia (UNAMA) e membra do Grupo de Estudos em Gênero e Relações Internacionais (GENERI), aonde desenvolve pesquisa acadêmica sobre temáticas de gênero nos contextos latino-americanos e panamazônicos.

**RESUMO:** El presente trabajo tiene como objetivo central discutir la trayectoria del Movimiento de Mujeres de las Islas Belén (MMIB) (1998-2018) frente a las tres principales agendas internacionales para el desarrollo propuestas en las Naciones Unidas (Agenda 21-ODM-ODS). Para ello, se realiza una investigación bibliográfica y documental, verificando si hay relación entre el MMIB y las agendas internacionales de desarrollo, a partir del diálogo entre teóricas feministas de la Escuela Teórica de Género y Desarrollo (GED) y reflexiones feministas, pues, aunque existan producciones referentes a las relaciones entre mujeres, género y el tema del desarrollo en las Relaciones Internacionales - desde aproximadamente la década de 1970, el tema ha sido poco explorado bajo las miradas de investigadores e investigadores feministas del Sur Global con relación a las experiencias de protagonismo de mujeres amazónicas, aquí representadas por el MMIB. Así, entre los principales resultados de la investigación, está la revisión de las discusiones tradicionales de la escuela GED, ampliando el debate hacia las conexiones entre desigualdad de género, desarrollo y el "particular" de la trayectoria del Movimiento de Mujeres de las Islas de Belén.

**Palavras-chave:** Desarrollo, Movimiento de Mujeres de Las Islas de Belém, Amazonía

## INTRODUÇÃO

O presente artigo inicia sua reflexão tomando como ponto de referência, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, a trajetória protagonista de atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na região amazônica desde sua formação até os dias de hoje, envolvido na busca pela igualdade de gênero juntamente do desenvolvimento sustentável da região.

Tendo isto em vista, foi escolhido para este trabalho investigar se ou de que modo se estabelecem relações entre a trajetória do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém em sua agenda e atividades frente às três principais agendas internacionais para o desenvolvimento – Agenda 21 para o Desenvolvimento; Agenda dos Objetivos do Milênio (ODM); e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) – já elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as quais impactaram e transformaram de forma inegável a história/discurso/articulação das políticas internacionais, nacionais e organizacionais para o desenvolvimento no globo, inclusive no que se refere a generificação destas agendas globais.

Este trabalho se encontra dividido em 6 seções principais, são elas: (i) Desenvolvimento e Gênero como temas de discussão nas Relações Internacionais, aonde se procura discutir a genealogia teórica sobre o assunto explorado na pesquisa e situá-la em relação às principais críticas feministas da escola teórica Gênero e Desenvolvimento (GED) e suas revisões decoloniais; (ii) Do conceito de Desenvolvimento Sustentável à descrição das principais agendas internacionais para o desenvolvimento nas Nações unidas: Agenda 21, ODM e ODS; (iii) Breve histórico sobre a Amazônia ribeirinha das Ilhas de Belém; (iv) Panorama geral do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) (1998-2018); (v) Análise teórica e (vi) considerações finais.

## 1. Desenvolvimento e Gênero como temas de discussão nas Relações Internacionais

De modo geral, sabe-se que o surgimento dos estudos do desenvolvimento internacional – como disciplina acadêmica – remontam ao período do pós-segunda guerra mundial, ainda que na prática algumas teorizações tenham ocorrido bem antes desse período. Isto posto, a trajetória do debate intelectual e político sobre desenvolvimento na modernidade pode ser narrada em, pelo menos, três momentos ou orientações teóricas:

(a) teorias da modernização, aliadas de crescimento e desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, fundamentadas na certeza dos benefícios do capital, como a ciência e tecnologia e embasada em teóricos e elites mundiais; (b) a teoria da dependência e suas perspectivas, nos anos 60 e 70, do século XX, cujas raízes explicativas focavam o subdesenvolvimento e sua conexão entre “dependência externa e exploração interna e não na suposta carência de capital, tecnologia ou valores modernos”. O problema não estava no desenvolvimento, mas no capitalismo; (c) as aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural, na segunda metade da década de 1980 e a década de 1990. (ESCOBAR, 2005, p. 8).

No período após a segunda guerra mundial, o conteúdo ideológico de desenvolvimento, a grosso modo, pode ser definido como uma proposta de reestruturação das sociedades denominadas subdesenvolvidas através de um conjunto de políticas e discursos levantados pelos grandes círculos de poder, com o objetivo de fazer com que tais regiões superassem seu status periférico. Assim, para o presente artigo, interessam em especial as aproximações das perspectivas teóricas pós/decoloniais aos estudos sobre desenvolvimento (ESCOBAR, 1995).

Neste sentido, um dos principais teóricos decoloniais, Arturo Escobar, realiza importantes reflexões acerca da temática do Desenvolvimento no Sul Global, em que sugere que tal proposta – a do modelo binário Subdesenvolvimento e Desenvolvimento como projeto a ser buscado pelos países e povos – trouxe consigo a categorização ahistórica, etnocêntrica e colonialista sobre as periferias do cenário internacional; inserindo-as na gramática política e acadêmica dos grandes centros de forma ainda mais desigual.

Sendo, portanto, segundo o autor, uma ideia cuja aplicação prática não se concretizou na modernidade, trazendo consigo novos e ainda mais complexos contextos de miséria, subdesenvolvimento massivo, exploração e opressão, pelo fato de ter sido – principalmente – resultante de um projeto lançado e transplantado do centro.

Uma das principais críticas pós-coloniais está também no não reconhecimento dos povos originários e das diversas minorias étnicas como sujeitos, objetos e conceitualizadores do desenvolvimento, atores cuja trajetória tem redesenhado esse processo e denunciado a sua incompatibilidade com relação às cosmovisões de muitas populações.

Somada às contribuições pós e decoloniais nos estudos sobre Desenvolvimento, ressalta-se a importância da “entrada” das críticas feministas aos estudos vigentes. No modo particular com que questionaram o caráter supostamente neutro das políticas internacionais e locais para o desenvolvimento, o impacto generificado ou diferenciado do processo de Desenvolvimento para homens e mulheres chamou atenção para o fato de que a categoria analítica de gênero com o tempo passou a ser amplamente utilizada de forma homogeneizante e pouco crítica nos discursos internacionais e locais sobre Desenvolvimento, bem como nas tentativas de intervenção de atores como agências Internacionais, organizações não-governamentais (ONGs), campanhas e políticas (HARCOURT, 2015).

Pereira e Rambia (2010, p. 48) reiteram que os modelos de desenvolvimento precisam ser investigados à luz das relações de gênero e do processo globalizador desigual, “o qual dá forma e reforça as dinâmicas de desigualdade e dependência, tanto entre países pobres e ricos, quanto entre homens e mulheres” e que, mais do que isso, as mulheres dos países periféricos são parte de um conjunto ainda mais intenso de desigualdades frente aos impactos negativos, excludentes ou insuficientes dos projetos de desenvolvimento, das políticas econômicas e das outras dimensões da vida social.

Assim, cabe explicar que a emergência do gênero e dos feminismos nas teorias de desenvolvimento também foi um movimento particular, que compôs diversos enfoques: (i) o enfoque teórico Mulher e Desenvolvimento (MED), da década de 1970-1985, cuja base teórica foi a obra de Esther Boserup (1970) *El rol de la mujer en el desarrollo econômico*, com correntes analíticas do feminismo liberal, na década de 1980; (ii) os feminismos do paradigma Mulher no Desenvolvimento (MND), de inspiração marxista, que criticaram a premissa básica do modelo MED de que o desenvolvimento marginalizava as mulheres e de que era preciso integrá-las, pois para tais posições, as mulheres já estavam integradas ao processo de desenvolvimento, devendo-se questionar e investigar a forma de integração; (iii) enfoque teórico Gênero e Desenvolvimento (GED), que expressou uma contestação à ênfase do MED na integração das mulheres no mercado como um caminho para a igualdade entre homens e mulheres e criticou as limitações essencializadoras da escola MND (BENERÍA, 2018).

Todavia, mesmo nos paradigmas mais recentes de estudos de Gênero e Desenvolvimento (GED), pouco tem sido discutido sobre o desenvolvimento em sua conexão com o ponto de vista de mulheres e teóricas do Sul Global nos projetos ativistas e de movimentos sociais organizados. O déficit se torna ainda maior quando consideramos a pouca atenção dada pelas Relações Internacionais às pesquisas sobre o contexto das mulheres da realidade da Pan Amazônia e os discursos generificados de desenvolvimento.

Isto posto, é possível destacar o valor teórico das críticas feministas decoloniais dentro dos estudos que interseccionam a escola de Gênero e Desenvolvimento (GED), visto que, para Mohanty (2008), há uma homogeneização dos discursos a respeito das mulheres do Sul Global, ao associar e reduzir sua figura às desigualdades consideradas próprias do Sul do Global. Além de uma percepção monolítica acerca de suas identidades, agendas e mobilizações, crítica que se mostra particularmente relevante ao se avaliar as limitações dos estudos clássicos de Gênero e Desenvolvimento (GED) e das abordagens de gênero institucionalizadas na *policy making* de Estados, nas agendas de desenvolvimento dos organismos internacionais e ONGs.

Neste sentido, este artigo concede importante lugar para discutir o caráter protagonista transnacional dos movimentos de mulheres do continente latino-americano, a multiplicidade de identidades e a desessencialização do processo de desenvolvimento na região amazônica como um projeto estritamente ocidental hegemônico, visto que suas decisões e trajetórias carregam importantes *insights* sobre a região amazônica, uma vez que: questionam a suposta “ausência” das mulheres nos projetos de desenvolvimento, a homogeneização das mulheres amazônicas nas narrativas e nas políticas públicas, e, principalmente, sobre a resignificação do desenvolvimento na perspectiva de gênero, considerando críticas de colonialidade de gênero.

## **2. Do conceito de Desenvolvimento Sustentável à descrição das principais agendas globais das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Agenda 21, ODM e ODS**

O processo de institucionalização das agendas para desenvolvimento teve especial atenção durante o pós-segunda guerra mundial. Assim sendo, destaca-se que o desenvolvimento sustentável se tornou um dos paradigmas dominantes nas agendas políticas internacionais, nas normas e nos discursos de atores hegemônicos no século XX e XXI, pelo seu caráter que vai além do economicismo tradicional, mantendo em seu escopo narrativo uma agenda ampla de temas (ambientalismo, superação da pobreza, práticas econômicas sustentáveis, saúde pública, etc.) no envolvimento entre os atores estatais, não-estatais e a sociedade civil (CAMPOS; MARQUES, 2017).

Isto implica dizer que houve e ainda há uma articulação internacional para promover o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, através de um histórico de ações/diretrizes, agendas e documentos internacionais acordados entre os países-membros da Organização das Nações Unidas. O que, desde o século XX, representa um empreendimento singular pela sua capacidade de envolver governos, acadêmicos, agências, setor privado e a

sociedade civil em prol de questão global; de maneira que tais esforços acabaram por produzir resultados nas diversas partes do mundo (CANTONI, 2017).

De um lado, Elgeston (2007) associa as raízes de inserção do paradigma do desenvolvimento sustentável no discurso global *mainstream* e ambientalista das organizações internacionais e países à década de 1970, durante (mas não reduzido) a três eventos organizados pelas Nações Unidas: a Conferência de Estocolmo de 1972; Conferência Rio 92 e Conferência Rio +20. Na visão da autora, esses três mega-eventos contribuíram de forma significativa para a formação de um processo político contínuo: a formulação e implementação de um discurso ambiental abrangente e de desenvolvimento sustentável no cenário internacional, o qual teria sido cunhado no âmbito do lançamento do relatório internacional de Brundtland, *Our Common Future* – Nosso Futuro Comum –, em 1987.

Por outro, Cantoni (2017) acrescenta a importância das três principais agendas globais para o desenvolvimento como parte da história do paradigma do desenvolvimento sustentável no globo, citando: (i) a Agenda 21 (1992-2000), produzida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio 92); (ii) a Agenda Global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), produzida durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas (2000); (iii) a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015-2030), cujo processo de elaboração teve início durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e foi lançada efetivamente durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2015), como é possível observar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Levantamento detalhado sobre as três principais Agendas Internacionais para o Desenvolvimento Sustentável lançadas no âmbito das Nações Unidas.

Principais marcos sobre o desenvolvimento internacional	Descrição da Agenda para o Desenvolvimento lançada
1992 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (Eco 92 ou Rio 92) Principais documentos gerados: Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; Carta da Terra; Agenda 21; Convenções Internacionais diversidade biológica, mudança do clima posteriormente, combate à desertificação;	A Agenda 21 foi estabelecida em torno do compromisso global governos e instituições de 179 países. Tal agenda consistiu em um programa de ação organizado em um documento de 40 capítulos, sendo considerada a iniciativa global de planejamento mais abrangente a favor do modelo de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que estabelece que cada país deve desenvolver sua própria Agenda 21 como instrumento nacional de gestão e planejamento do desenvolvimento. O documento internacional divide em 4 seções principais: I - Dimensões econômicas e sociais (Cap 2-8); II - Conservação e gerenciamento de recursos para o desenvolvimento (Cap 9-22); III - Fortalecimento do papel dos grupos principais (Cap 23-32) e IV - Meios de implementação (Cap 33-40) (MMA, 2000)
2000 - Cúpula do Milênio das Nações Unidas	A Agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000-2015) pode ser definida como uma parceira global

<p>Principais documentos gerados: Declaração do Milênio das Nações Unidas</p>	<p>pelo desenvolvimento, na qual os ODM foram desenvolvidos a partir de metas a serem acompanhadas por indicadores das Nações Unidas. O Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A agenda estabeleceu o compromisso global de 191 nações em torno de 8 ODM para alcançar o desenvolvimento e superar o quadro extrema pobreza em diversas partes do mundo.</p> <p>Foram eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.</p> <p>São 8 os objetivos do milênio, subdivididos em 21 metas e indicadores.</p>
<p>2015 - Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Principais documentos gerados: Agenda 2030</p>	<p>A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação global, construído em torno de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) e 169 metas.</p> <p>Entre os 17 ODS estão: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 6 - Água Potável e Saneamento; 7 - Energia Limpa e Acessível; 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Responsáveis; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14 - Vida na Água; 15 - Vida Terrestre; 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17 - Parcerias e Meios de Implementação</p>

Fonte: Autoria própria, com base em documentos oficiais das Nações Unidas.

## 2. Breve histórico sobre a Amazônia ribeirinha nas Ilhas de Belém

A Amazônia – cujo território recorta parte da área de oito dos vinte países do continente latino-americano – se insere no centro dos debates internacionais sobre recursos naturais, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, na medida em que é considerada um dos espaços vitais de recursos naturais mais geopoliticamente relevantes do século XXI, detentora de recursos estratégicos do globo, a saber: água, minerais e biodiversidade (AMIN, 2015).

Por esta razão, a região é marcada pela ação do capital estrangeiro, iniciativas de Estados, projetos de cooperação, organizações internacionais e atores locais, sobretudo na elaboração e implementação de agendas desenvolvimentistas clássicas, e, nos dias de hoje, também nas agendas globais do paradigma do desenvolvimento sustentável. Projeta-se assim, potencialmente, a continuidade de uma já histórica exploração de recursos (e comunidades locais) que, além de fortalecer a imagem de uma Amazônia reduzida a reservas naturais, contribuiu para as dinâmicas de exclusão social e regional dos diversos sujeitos sociais que ali residem.

Em consequência, faz-se necessário recordar aqui a reflexão de Gonçalves (2015), quando afirma que são representadas mais imagens *sobre* a região que *da* região (grifo do autor), como se muitos enxergassem a Amazônia ainda nos olhares dos colonizadores, alheios às outras possibilidades de interpretação das realidades do espaço através das vozes e lutas de seus sujeitos sociais. Isto posto, ter uma visão heterogênea sobre o caráter multifacetado da região amazônica é essencial, tendo em vista que na mesma região se comunicam as realidades das diversas comunidades indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas, populações rurais e urbanas; além de porosas fronteiras entre as amazônias do território dos países vizinhos, separadas muitas vezes apenas por minutos de distância. Em suma, entende-se que há nesta peculiar faixa territorial uma contínua dinâmica entre os seus espaços geográficos, os quais abrigam o “urbano”, o “rural” e o “natural”.

É justamente nesse contexto entre o urbano e o rural da região amazônica que se localizam as Ilhas de Belém – territórios-chave nessa discussão sobre o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Tais ilhas se localizam próximas à capital metropolitana de um dos maiores estados da Amazônia brasileira. Configurando-se adjacentes à região metropolitana de Belém, são mais de 39 ilhas, que, de acordo com Peabiru (2014, p. 3), são formadas por várias comunidades ribeirinhas organizadas “seja por casas isoladas ou em pequenas aglomerações” com “habitações [...] junto à água de canais e rios permanentes”.

Apesar de serem próximas, algumas até separadas pela distância de 20-40 minutos de uma das maiores capitais metropolitanas da região (Belém), as ilhas representam uma realidade diversa. Se, historicamente, a Amazônia como um todo foi um território de colonização europeia que guardou contornos particulares de violência (estrutural, cultural e física) às populações nativas, desde as fronteiras de exploração econômica acima citadas, as Ilhas de Belém responderam por uma marginalidade à parte.

Segundo Corte-Brilho (2015), entre 10.000 e 1.000 anos atrás, as condições de vida nas Ilhas de Belém antes da interferência colonial remetiam a presença de caçadores-coletores, e, no caso da Ilha de Cotijuba, a habitação dos Tupinambá durante o período de ocupação europeia. Portanto, entende-se que as tentativas de ocupação europeia ocorreram antes mesmo da chegada dos portugueses na região; todavia, é a partir da chegada dos portugueses que se processam novas dinâmicas de povoamento extensivo.

Mais à frente, durante o grande ciclo da borracha do século XIX as Ilhas de Belém – em especial a Ilha de Cotijuba – funcionou em uma espécie de refúgio da metrópole, isto é, constituiu uma área “para abrigar os excluídos e marginalizados”, vistas pela sociedade

amazônica como uma espécie de “local natural para gente incivilizada, considerada de má índole e má formação [...]”, como coloca Dergan (2005, p. 3-4).

Ademais, um ponto interessante levantado por Silva (2014) é que organizações de pesquisa, como as universidades e de organizações da sociedade civil que atuam no município, estado ou mesmo na Amazônia, as ONGs, ainda têm baixa presença na região ribeirinha, apesar da tendência crescente.

### **3. Panorama geral de atuação do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) (1998-2018)**

O período a partir do final da década de 1980 foi marcado pela proliferação de experiências de ação coletiva e organizada no Brasil – como Movimento sem Terra (MST), sindicatos, Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogeridas (ANTEAG), entre outras –, influenciados por fatores como a reestruturação produtiva, novas tecnologias e os impactos das políticas neoliberais, os quais viriam a ter um importante lugar nas lutas por direitos humanos e no campo das organizações econômicas.

Como colocam Schmink e Marliz Arteaga Gómez-García (2016) em *Embaixo do dossel: Gênero e florestas na Amazônia*, os movimentos de mulheres e ações coletivas de mulheres (indígenas e não-indígenas) da Amazônia representam importantes percepções de justiça de gênero situadas histórica e geograficamente em relação às vivências, identidades e trajetórias heterogêneas - frente às políticas públicas de desenvolvimento, grandes projetos internacionais e as lutas sociais.

Segundo as autoras, soma-se a esse cenário o fato de que as mulheres amazônicas corresponderem - ao todo - a mais de 50% das habitantes dos estados amazônicos, o que torna ímpar a importância deste tipo de organização coletiva, seja do ponto de vista da justiça de gênero quanto pela responsabilidade socioambiental.

Já no que se refere às organizações ribeirinhas em torno do centro urbano de Belém atualmente, o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém é uma organização autônoma sem fins lucrativos de caráter comunitário. Surgida durante a década de 1990, no bojo da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (APIC), através da criação do chamado Grupo das Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC), busca promover espaço para que as mulheres integrantes da APIC possuam vozes ativas para tratar das problemáticas de gênero da região dentro das dinâmicas econômicas da Ilha, com o objetivo restrito a orientar e organizar as demandas das produtoras (NASCIMENTO, 2012).

Em seu primeiro momento de formação no ano de 1998, o MMIB – até então sob o nome Grupo das Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC) – apresentou diversos desafios entre as mulheres, desde dinamizar a produção, beneficiamento e comercialização de forma associativa, até lidar com as dificuldades de mulheres donas de casa, invisibilidade do trabalho produtivo e doméstico das mulheres, não-reconhecimento dos desafios de mulheres (solteiras, casadas, com ou sem filhos) como chefes de família (ALENCAR, 1993 apud CORTE-BRILHO, 2015).

Após esse momento inicial, 2002 marcou a história do MMIB, pois foi o ano em que as participantes do GM-APIC decidiram se desvincular da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba, para formar um movimento comunitário capaz de agregar os interesses das mulheres das Ilhas de Cotijuba, Ilha Nova, Jutuba, Paquetá e Urubuoca, em prol da igualdade de gênero como variável essencial às atividades de desenvolvimento sustentável de suas localidades, em um sentido de atuação mais ampla e transversal (CORTE-BRILHO, 2015).

Segundo Brilho (2015), a transformação do GM-APIC em MMIB se deu, em parte, porque objetivos buscados pelas mulheres passaram a extrapolar a produção de gêneros agrícolas e envolver outras questões, como formação política, educação, saúde, direitos e questões de gênero, englobando, em sua nova formação, a participação de mulheres, homens e jovens de outras Ilhas em torno de Belém (além de Cotijuba), como pode ser visto no Quadro 2.

QUADRO 2. Comparação entre os dois principais momentos de organização coletiva das mulheres das Ilhas de Belém (1998-2018) com base em Brilho (2015) e Peabiru (2014).

	Grupo das Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba* (1998-2001)	Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) (2002-2018)
Subgrupos	Já é um subgrupo* de outra organização (Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba)	Grupo de Artesanato do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB); Rede Açaí de Turismo de Base Comunitária (RATBC)
Principais projetos	Projeto Sons da Ilha; Projeto “Mudanças do Estuário Amazônico pela ação antrópica” com a oficina “Desenvolvimento comunitário para o ecoturismo” para mulheres; Projeto Agência Comunitária de Ecoturismo (ACE) (pontual); Projeto Comunidade Solidária (1999)	Projeto de Inclusão Digital; Projeto Turismo de Base Comunitária (Programa de Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários); Criação da Casa do Movimento (Sede); Escola Ribeirinha Negócios; Projeto das Biojóias; Projeto Flores Tropicais; Projeto agricultura orgânica; Projeto de feira orgânica em Belém; Projeto vida companhia; Projeto Trilha MMIB; Campanha Empodera Meninas Meninos; Programa Belém Ribeirinha; Projeto Ilumina seu campo; Projeto Um milhão de lâmpadas; Projeto Ilhas com Lideranças; Projeto Guia-me Belém; Projeto Desafio Conexsus; Projeto Luz para uma vida melhor

Formato decisório	-	Eleições ocorrem a cada 2 anos, com a coordenação composta apenas por mulheres (homens não podem concorrer a cargos eletivos, apenas votar). Jovens (de ambos os sexos) podem se associar a partir dos 16 anos;
Estrutura	-	Coordenadoria executiva e instância colegiada: Coordenação Administrativa, Financeira e Social e Conselho Fiscal (Cada uma dessas é coordenada por 2 associadas eleitas)
Principais atividades	Turismo tradicional Agricultura familiar Produção e comercialização de doces, compotas e licores (1998-) Extratativismo Pesca	Turismo de Base Comunitária (2003-) Agricultura familiar orgânica (2009-) Produção da Priprioca, Ucuuba e tacumã (2002-) Artesanato/Fabricação de bijóias Extratativismo Pesca
Participantes	6 Mulheres (1998), 25 mulheres (1999)	60 (40 mulheres, 20 homens) (2016)

Fonte: Autoria própria, com base em Corte-Brilho (2015); Peabiru (2014).

### 5. Analisando a trajetória do MMIB frente às agendas internacionais para o desenvolvimento a partir de leituras feministas da Escola de Gênero e Desenvolvimento (GED)

A princípio, é importante levar em conta que a experiência do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, entre 1998 e 2018, carrega consigo potencial para desestabilizar, em primeiro lugar, a ideia tradicional de que as políticas de Desenvolvimento e o seu impacto sobre a vida dos homens e mulheres são iguais ou neutras quanto a questão de gênero, perspectiva levantada desde a escola teórica feminista Mulher no Desenvolvimento (MND), a qual também denuncia durante a década de 197-1980 o fato de as demandas e experiências de mulheres estarem invisibilizadas nos debates internacionais, públicos e com a sociedade civil.

Isto se mostra uma questão particularmente relevante para a história do MMIB na região amazônica, uma vez que a Panamazônia carrega em sua história um visível legado de noções e modelos homogeneizantes de compreensão do território e de como “desenvolvê-lo”, os quais tem enxergado a região sob diversas óticas - por vezes – simultâneas. São exemplos dessas visões universalistas: (i) a panamazônia como território masculino, masculinizado ou “para homens”, ideia que se amplia desde as políticas públicas que pouco consideraram a questão da mulher e de gênero dentro da busca pelo desenvolvimento, dos desafios e do formato de implantação dos chamados Grandes Projetos (SIMONIAN, 2001); a panamazônia como vazio demográfico (verde), aonde prevalecem sobre seus sujeitos sociais a percepção reducionista a sua fauna, flora e riquezas derivadas e não a multiplicidade de realidades e pessoas existentes na região (FRAXE et al, 2014); e a panamazônia como uma região cuja história se fundamenta em representações de forte legado colonial para as mulheres e homens, nas imagens de vítimas,

exóticas, paupéricas, primitivas, homogêneas, selvagens ou ignorantes e hipersexualizadas (OCHOA, 2010).

Neste sentido, antes de se discutir a trajetória do MMIB, ressaltar-se-á que essas três visões apresentadas acima constituem algumas das poderosas narrativas *mainstream* sobre a região e que, a grosso modo, invisibilizam uma diversidade de mulheres amazônidas, deixando-as à margem do território, da sua história e dos processos (e debates internacionais) de desenvolvimento.

Assim, seu alcance real só parece possível a partir da desconstrução das narrativas dominantes que enxergam a Amazônia ora como região pouco habitada por mulheres, ou aonde as mulheres ficam (inevitavelmente) em segundo plano nas políticas e pouco tem a contribuir com suas experiências nesses debates sobre desenvolvimento.

Deste modo, as perspectivas feministas de Harcourt (2015) apontam nos estudos feministas sobre desenvolvimento que as mulheres nunca estiveram ausentes dos processos de desenvolvimento, dado que tais processos não são neutros ao gênero e se constituem através de relações de poder que imbricam códigos culturais de masculinidades e feminilidades, bem como signos de raça e classe, entre outros marcadores.

Por essa razão, quando refletimos a trajetória de formação do MMIB em 1998 sob o nome Grupo de Mulheres da Associação de Produtores de Cotijuba (GMAPIC), podemos interpretar que embora o grupo tenha surgido sob demanda local – isto é, a partir do desejo do grupo de mulheres pertencentes a Associação de Produtores –, as motivações apresentam conteúdo ligado às questões de gênero e busca por reconhecimento, com forte ligação ao questionamento aos modelos tradicionais de masculinidade e feminilidade do contexto social e produtivo de Cotijuba, que pouco reconhecem a presença da mulher na economia, na estrutura produtiva e como atora social. Afinal de contas, como explica a fundadora do movimento Antônia Silva (apud BRILHO, 2015, p. 67):

Todas essas mulheres tinham essa necessidade na ilha. As mulheres eram vistas como aquela que ajuda o marido [...] Ela podia construir uma roça pra ela, desde a limpeza do terreno, a plantação e depois a colheita, ela podia e fazia isso sozinha, mas ainda assim era “para ajudar o marido”. Aquilo não era visto como uma renda construída por ela, era apenas uma ajuda para o marido. E aí eu comecei a olhar: eu não tinha marido, comecei a ver que aquelas mulheres não tinham noção da importância delas para aquelas famílias [...] Daí surgiu a ideia de a gente formar um grupo de mulheres dentro da Associação de Produtores, com o objetivo de mudar essa visão da mulher que ajuda o marido, porque ela contribuía com a renda familiar, não era uma ajuda.

A motivação inicial, como aponta Silva (apud CORTE-BRILHO, 2015), esteve assentada na ideia de reconhecimento das mulheres de Cotijuba no desenvolvimento e nas atividades da

ilha frente a coletividade e dentro das suas próprias famílias. Em sua fase embrionária de criação, o GMAPIC teve um importante papel como vetor de organização coletiva das mulheres na história das ilhas de Belém a partir de 1998, o que parece coerente com o próprio momento histórico de organização coletiva de mulheres e de mulheres feministas no âmbito internacional, nacional e estadual, principalmente se consideramos a importância normativa das Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre as mulheres (1975, 1980, 1985, 1995); Conferências regionais sobre a Integração da Mulher ao Desenvolvimento Social e Econômico da América Latina (1977, 1980, 1994, 1997).

Apesar de as décadas de 1970, 1980 e 1990 serem consideradas importantes para trazer à tona a dimensão de gênero no desenvolvimento e representarem períodos em que proliferaram os movimentos sociais de mulheres em escala multinível, cabe destacar que a incorporação da perspectiva de gênero nos planos, programas e discursos políticos como exigência ao desenvolvimento é um ponto que só passa a ser incluso a partir do Consenso de Santiago (1997) e de forma incipiente durante a ECO-92, mais especificamente na Agenda 21 para o Desenvolvimento, visto que no evento também foi elaborado o documento Agenda 21 das Mulheres por Um Planeta Saudável, o qual balizou a intervenção do movimento feminista *mainstream* na ONU e na primeira agenda internacional para o desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2016).

De forma mais específica, para Corte-Brilho (2015), o fortalecimento e participação das mulheres no GMAPIC na década de 1998 criou espaço para que tais mulheres (produtoras rurais e donas de casa) discutissem questões como cidadania de mulheres, geração de renda, saúde, saltando de 6 mulheres participantes para 25 mulheres. Período em que a líder criadora do GMAPIC, Antônia Silva – já ativista no Fórum Estadual de Mulheres –, torna-se também presidente da Associação de Produtores de Cotijuba (APIC), de maneira que se enxerga que tal liderança foi essencial para fortalecer o GMAPIC e integrá-lo ao movimento político de mulheres na esfera municipal, estadual e federal.

Similarmente a trajetória positiva de fortalecimento do GMAPIC dentro do APIC e de Cotijuba, a Agenda 21 sugere que, entre os principais objetivos a serem concretizados pelos estados para conectar mulheres ao desenvolvimento, inclua-se “aumentar a proporção de mulheres nos postos de decisão, planejamento [...] divulgação no campo de meio ambiente e desenvolvimento” e a criação de “medidas para fortalecer e dar poderes a organismos, organizações não-governamentais e grupos femininos a fim de aumentar o fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável” (p. 24). Ambos constituíram preocupações

centrais para o GMAPIC, já que na época, como coloca Corte-Brilho (2015), Antônia Silva procurou apoio institucional nas esferas que desempenhavam qualquer papel ligado às mulheres.

Em conformidade com a sugestão da Agenda 21 – embora não possamos afirmar se foram órgãos alinhados a esta agenda –, Antônia Silva encontrou grande apoio nos programas direcionados para as mulheres vigentes na gestão municipal de Belém, inclusive de acesso de crédito. Além dos programas, foi de essencial ajuda o Conselho Municipal de Condição Feminina (CMCF), o qual buscava atuar como instrumento de identificação, valorização e defesa dos direitos de cidadania da mulher, “formulando, em tal sentido, uma política global no âmbito do município” (CORTE-BRILHO, 2015).

Outro ponto relevante da Agenda 21 para o desenvolvimento está na forma como o documento trabalha a busca pelo desenvolvimento a partir do incentivo à criação da Agenda 21 específica de cada país e região do globo. Portanto, em se tratando do Brasil, houve não somente a Agenda 21 brasileira, mas também o correspondente de planejamento para o desenvolvimento da Amazônia do conjunto de Agenda 21 local, além da incorporação das preocupações da ECO-92 em um documento que viria a nortear as políticas públicas para a Amazônia a longo prazo, o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Isto posto, entende-se que a trajetória inicial do MMIB (GMAPIC até 2002) traz como diferencial a criação de um grupo de mulheres dentro de uma Associação, denunciando a neutralidade de gênero das organizações sociais – fortemente masculinizadas – e o apagamento do papel das mulheres amazônidas, além de questionar a suposta homogeneidade experiências em contextos de desenvolvimento das ilhas, mostrando que as mulheres amazônidas da Ilha apresentam demandas diferenciadas das dos membros homens da APIC.

A grosso modo, isto se mostra de acordo às abordagens feministas GED de Abramovay (1994), que defende que um modelo de desenvolvimento se dá a partir do reconhecimento dos seus atores e atorais sociais como parte do processo e das suas vozes; neste caso, não se trata apenas de “acrescentar ou reunir mulheres” em determinado movimento, projeto ou política, mas promover primordialmente a busca por justiça social e equitativa através da categoria analítica de gênero.

Se, de um lado, 1998 é a data de formação do GMAPIC, em 2002 decorre a transformação do Grupo, que se desvincula da APIC e aos poucos assume a estrutura do atual Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). A principal razão para isso foi a percepção de que os objetivos do grupo de mulheres deveriam se expandir para outras questões além da produtividade agrícola e reconhecimento, passando a englobar a inserção em questões políticas, de saúde, educação e defesa de direitos sociais (BRILHO, 2015).

Neste período, o MMIB passa a usar o termo “gênero” em seu escopo de forma explícita, como condição indissociável da busca pelo desenvolvimento sustentável, o que traz certa visibilidade ao movimento e diversifica a quantidade de projetos, atividades e parcerias com os quais o movimento se insere em relação ao GMAPIC entre 1998 e 2002, como é possível observar no Quadro 3 abaixo.

QUADRO 3. Mapeamento de atores sociais que já estiveram envolvidos em projetos conjuntos com o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (1998-2018).

<b>Empresas e/ou Multinacionais (14)</b>	<b>OIs (2)</b>	<b>Estados nacionais, e subnacionais e órgãos públicos (7)</b>	<b>Institutos socioambientais/ acadêmicos (6)</b>	<b>Organizações Não-Governamentais (7)</b>
Natura; Estação Gabiraba; Antiga O Instituto Lojas Renner; Petrobrás; Philips; Vivejar; Energizer; Beraca; Sambazon; Loja Mapiuari Design C.S. Mott Foundati	Nações Unidas; UNICEF	Prefeitura de Belém; SECON (Secretaria de Economia do Município); Conselho Municipal da Condição Feminina; Conselho Municipal do Negro; Conselho Municipal de Direitos da Mulher; Brasil; Governo do Estado do Pará	Instituto Peabiru; Institú Brasil Justo; Universidade Federal do Pará (Faculdade de Turismo); Programa de Incubadora de Cooperativas Populares Empreendimentos Solidários (PITICPES/UFPA); Museu Emilio Goeldi; Instituto Universidade Popular.	ONG IDEAAS (Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade), ONG Artemis, Associação de Produtores das Ilhas Belém; Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB - Benguí/Belém) Fórum Estadual de Mulheres; Instituto Conexões Sustentáveis; IDEA (Associação Internacional de drama, teatro e educação)

Fonte: autoria própria.

Neste âmbito, a teórica feminista da escola GED, Mukhopadhyay (2015), expõe a importância – bem como a difícil trajetória de *lobbying* feminista – de inclusão do termo “gênero” nas agências, políticas e coletivos em prol do desenvolvimento em diferentes partes do globo e acrescenta que o uso do termo “igualdade de gênero” dentro do “desenvolvimento” facilitou a criação de uma “voz” feminista de influência, *lobbying* e apoio nos projetos de desenvolvimento, os quais passaram a adotar o termo igualdade de gênero e assim quebraram o silêncio acerca da neutralidade de gênero das políticas.

Esta segunda fase do MMIB, de 2002 a 2018, já na sua característica adoção do lema de desenvolvimento e igualdade de gênero coincide temporalmente com o amplo uso do termo dentro das agendas e discursos internacionais; característica que Mukhopadhyay (2015) atribui como parte do que ela denomina de Estratégia de *Gender Mainstreaming* (Transversalização de gênero) no ambiente internacional e nacional, definido como a colocação do gênero no centro na prática do desenvolvimento.

Isso envolveria a avaliação das implicações de qualquer ação planejada (para homens e mulheres), integração das preocupações com o alcance da igualdade de gênero nas análises e formulações de todas as políticas, programas e projetos, a criação de iniciativas para que as mulheres expressem seus pontos de vista e participem de decisões. A transversalização de gênero foi uma estratégia de *policy making* criada pela comunidade de desenvolvimento das Nações Unidas e divulgada a partir da Conferência de Beijing (Mulher, Desenvolvimento e Paz, 1995), por isso, naturalmente, tornou-se um conceito utilizado de forma mais ampla nas políticas pós-1995 e na base de formação da Agenda ODM (2000).

Até o ano de 2002, o MMIB (ainda sob o nome GMAPIC) possuía poucos parceiros, embora esta fase inicial tenha sido essencial para o empoderamento do coletivo de mulheres, pois, conforme a fala de Silva (apud CORTE-BRILHO, 2015), a partir do grupo “passamos a ser vistas com respeito, que era o que queríamos. Nos respeitam como as mulheres do MMIB”. A proliferação de parcerias e projetos foi uma abertura que se deu no segundo momento do coletivo, a partir de 2002, desde os primeiros contatos da organização com atores privados, ONGs de Desenvolvimento Sustentável, Institutos de pesquisa e agências internacionais, que em sua maioria estavam direta ou indiretamente relacionados às estratégias de transversalização de gênero (*Gender mainstreaming*), principalmente dentro da Agenda ODM.

Uma das características mais inovadoras trazidas pela Agenda 21, mas principalmente na Agenda ODM, foi a intensificação do uso de ferramentas para a transversalização de gênero, como indicadores internacionais socioeconômicos, o estabelecimento de metas e check lists, valorização de dados quantitativos, criação de sistemas de monitoramento de políticas, ou seja, a construção de um aparato técnico em torno da busca pela igualdade de gênero dentro do desenvolvimento. Ao todo, foram 8 objetivos do milênio, 21 metas e a criação de 60 indicadores socioeconômicos no sistema ONU, a serem acompanhados por instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Antônia Silva (apud CORTE-BRILHO, 2015) sugere que apenas após a formação autônoma do MMIB (2002-2018) que houve um avanço da inserção do coletivo, que naquele momento já havia se tornado uma organização capaz de integrar mulheres das diferentes ilhas, não somente sobre a questão produtiva, mas sobre a organização comunitária coletiva, elevação do nível de escolaridade das mulheres, defesa de direitos sociais e do meio ambiente, trabalhando políticas públicas com foco nas questões de gênero, na saúde da mulher e na geração de renda. Logo, após enfrentar os desafios de reformulação institucional, o MMIB passou a ser procurado por outras organizações (corporativas, ONGs, agências, etc), entre elas, a empresa

Natura – empresa ligada ao campo de negócios sustentáveis (campo doméstico), muito presente na região amazônica, que compunha naquele momento uma das organizações incipientemente envolvidas com a nomenclatura e aparato técnico da Agenda ODS.

Neste sentido, foi visto que o próprio conteúdo das atividades desempenhadas pelo coletivo se diversificou, porém em torno de práticas de desenvolvimento sustentável amplamente discutidas no âmbito da Agenda 21 e ODS. Como o Turismo Sustentável de Base Comunitária, que passou a ser explorado na ilha desde 2003, por meio de projetos de parcerias com entidades e institutos socioambientais – ONG Vivejar, Agência Comunitária de Ecoturismo para mulheres, Programa de Incubadoras de Cooperativas populares e empreendimentos solidários (PITICPES), entre outros –. Tal prática se mostra de acordo com o ODM 3, 7 e 8: Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e Estabelecer parcerias para o Desenvolvimento.

Segundo Antonia Silva (apud CORTE-BRILHO, 2015), os anos de 1999, 2000 e 2001 também foram um período para planejar a autonomia do movimento fora da APIC, uma vez que o grupo, com 50 mulheres, procurava parcerias para manter o grupo de mulheres unidas. A parceria com a Natura foi proposta apenas em 2002, que tinha como objetivo desenvolver em comunidades um projeto de plantio com priprioca, acordo que motivou a formação do MMIB nas suas bases independentes da Associação de Produtores, em parte pelo oferecimento da empresa pela criação da sede própria para o MMIB. Como coloca a fundadora do MMIB a Natura não fechou apenas a produção da priprioca, mas o desenvolvimento do grupo de mulheres e auxiliou na institucionalização da estrutura do mesmo.

Tal como na estratégia de transversalização de gênero dentro de agências, campanhas, empresas e metas globais, entende-se que o MMIB – ao se desvincular da APIC em 2002 e fortalecer sua inserção dentro da luta pela igualdade de gênero, ampliando sua plataforma – busca um caráter de *gender mainstreaming*. O qual Mukhopadhyay (2015) classifica como transformativo ou *agenda setting*, cujo objetivo está em introduzir a preocupação das mulheres relacionando com seus interesses estratégicos, no sentido de transformar as agendas institucionais ao seu redor, o que vai muito além da classificação de *gender mainstreaming* integracionista, que busca igualdade de gênero integrada à análise de problemas de um setor específico, esta segunda classificação caberia de forma mais adequada no GMAPIC.

A questão central que nos faz verificar a indiscutível complexidade do *gender mainstreaming* transformativo do MMIB é que para alcançar seu objetivo, endereçar desigualdade de gênero significa denunciar a injustiça social em diferentes dimensões e reconhecer como tais relações de desigualdade se encontram imbricadas do ponto de vista

interseccional. Isto é, não se trata apenas de advocacy por uma igualdade de gênero esvaziada de seu conteúdo político, quantitativa (o “acrescente mulheres e mexa a fórmula” ou o “conte quantas mulheres aumentaram”) ou tecnicizada e burocratizada no aparato técnico das políticas de desenvolvimento e gênero, mas, de fato, a natureza política dessas relações, que passam necessariamente pela defesa dos direitos de mulheres e esforços institucionais para que agendas se transformem em diferentes níveis.

Um dos grandes dilemas que Mukhopadhyay (2015) identificou na falha do *modus operandi* da transversalização de gênero dentro do desenvolvimento internacional foi o fato de que o caráter transformativo ou de *agenda setting* só se torna possível quando os diferentes níveis de atuação política para o desenvolvimento compreendem que transformar agendas significa desestabilizar relações de poder e autoridade (geopolítica, de colonialidade, local, entre outros), de modo que as ferramentas de monitoramento de gênero, indicadores, metas, check lists e todo o aparato institucional ligado ao campo do gênero e desenvolvimento são mais do que um meio para atender a interesses e metas corporativas. São instrumentos que podem assumir caráter tão político e transformativo quanto o agenciamento direto, desde que sejam traduzidos em uma gramática que compreenda que “igualdade de gênero” não é uma categoria quantitativa e sim enraizada na defesa de direitos sociais e no constante questionamento de quem se beneficia com a posição desigual ou invisibilizada das mulheres nos contextos de desenvolvimento.

Sobre isto, a autora ainda aponta os perigos de “necessidades e interesses de mulheres” não serem tratados corretamente como direitos sociais – ou a ausência deles – no campo de gênero e desenvolvimento no Sul Global, pois uma vez que se reduz os direitos das mulheres somente a “necessidades e interesses”, o campo de desenvolvimento esvazia o conteúdo político da *advocacy* por igualdade de gênero e com isso favorece a tecnização da categoria de gênero como algo que apenas deve ser “incorporado”, não um sintoma de estruturas de poder do sistema mundo-colonial-patriarcal que também estão presentes nas políticas e históricos de desenvolvimento.

Mais à frente, discute-se que além do fortalecimento da produção orgânica em comunidades tradicionais e a associação com a empresa Natura, a entrada da ONG parceira (Instituto Peabiru) no ano de 2006 foi essencial para a diversificação de projetos e parceiros internacionais do MMIB, uma vez que foi sob o intermédio do Peabiru que surgiram projetos ligados às atividades empreendedoras (Escola Ribeirinha de Negócios) e de inclusão social: Projeto das Biojóias, Programa Belém Ribeirinha, Projeto Ilumine seu Sonho, Projeto Ilhas com liderança, Projeto Guia-me Belém, Projeto Luz para uma vida melhor e Projeto Desafio Conexus, com parcerias com Estação Gabiraba, Antiga Oi, Instituto Lojas renner, Petrobrás,

Philips, Beraca, Sambazon, C. S. Mott Foundation, Instituto Brasil Justo, ONG Ideaas entre outras organizações.

Ademais, a parceria entre o Instituto Peabiru e Sistema ONU foi institucionalizada a partir de projetos e programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) o que acabou reverberando para a entrada de projetos internacionais – ainda que pontuais – no Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, como no caso do Projeto Empodera manas e Empodera Meninos e Meninas (2018), pelo fortalecimento do ODS 3, 5 e 16 (Saúde e bem estar, Igualdade de Gênero, Paz, Justiça e Instituições Eficazes) em contextos de desenvolvimento.

Considerando a localização temporal tanto das parcerias com a Natura (2002-2018) quanto com o Instituto Peabiru (2006-2018), a primeira enquanto empresa e o segundo enquanto ONG, é importante perceber que há uma forte integração discursiva e de atuação dos dois maiores parceiros do MMIB em consonância com as agendas de desenvolvimento do sistema ONU, em que a empresa Natura apresenta direito de imagem sobre o MMIB e as cita como case de exemplo para busca de alcance da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável ou Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015-2030) no que se refere à igualdade de gênero, no que toca principalmente aos ODS 2, 5, 8, 10, 11 e 17: Fome Zero e agricultura sustentável, Igualdade de Gênero, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, parcerias e meios de implementação.

Neste ponto, vale expor a validade do que as autoras feministas Icaza e Vázquez (2015) explicam sobre como o *approach* Gênero e Desenvolvimento penetrou nas estruturas de poder dos estados, grandes empresas e do mercado para reconceitualizar o desenvolvimento à questão de gênero, em um processo que – se aplicado de forma errônea – frequentemente pode levar à cooptação do termo “igualdade de gênero” como uma questão de eficiência de mercado e de empresas, em um continuum do neoliberalismo à incorporação da transversalização de gênero por organizações capitalistas. Ao invés de atuar como uma categoria precursora, nos moldes críticos sugeridos por Mohanty (2008) para analisar de forma contextualizada e situada as condições de opressão patriarcal, racial e de cunho eurocêntrico-heterossexual-binário frente à visibilidade das experiências, sexualidades, espiritualidades e identidades para além do que é imposto por estruturas hierarquizantes e dicotomizantes do processo de desenvolvimento na região amazônica.

### Considerações finais

Em primeiro lugar, este artigo reforçou a reflexão crítica de que os discursos, políticas e projetos internacionais de Desenvolvimento afetam de forma desigual homens e mulheres, em especial as amazônidas das Ilhas de Belém, no que se refere ao *case* do MMIB, pois, como se percebeu nas motivações de formação do GMAPIC e sua gradual transição para o movimento autônomo MMIB, as mulheres amazônidas historicamente tem estado frequentemente à margem de tais execuções e lógicas desenvolvimentistas na região amazônica, o que impede que se alcance um desenvolvimento considerado sustentável de fato. Ademais, as mesmas apresentam necessidades específicas e estão susceptíveis a um grau ainda mais elevado de pauperização.

Neste sentido, aponta-se que a presente pesquisa é útil também em sua tentativa de desconstruir visões uniformes sobre a panamazônia e os processos de desenvolvimento da região, bem como o ponto de vista das mulheres locais, dado que a trajetória do MMIB é diferenciada e que apresenta marcos próprios que nem sempre estão concordantes com as agendas internacionais para o desenvolvimento nem com a tecnicidade engessada a que vem sendo atribuído o termo “igualdade de gênero” no sistema ONU, uma vez que no MMIB os desafios do alcance inseparável de igualdade de gênero e desenvolvimento assumem um conteúdo transformativo e crítico, pois se atrelam às vivências das mulheres amazônidas e as suas formas de enxergar o que significa este desenvolvimento para a comunidade da qual fazem parte e dentro de suas identidades multi-pertencimento nas Ilhas de Belém.

Todavia, embora tenham sido identificadas similaridades temporais do processo de transversalização de gênero e o uso de uma linguagem alinhada a alguns princípios do paradigma de desenvolvimento sustentável, isso não significa afirmar que não haja processos de articulação coletiva dessas sujeitas ao longo da história na região - à parte de tais agendas e por vezes transformando seu conteúdo primeiro, sendo o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) um bom exemplo desse processo em que sujeitas do Sul Global, diferente do que afirmam as percepções positivistas, não se encontram isoladas dos efeitos, agendas e discursos internacionais ligados ao tema do desenvolvimento e à questão de gênero. Mais do que isso, há uma intrínseca (ainda que por vezes indireta) relação entre tais eventos internacionais, a *policy making local* e as experiências diretas do MMIB como organização.

Destarte – em parte por ser uma pesquisa bibliográfica e documental sem a realização de visita à campo –, esta pesquisa reconhece que apresenta limitações na compreensão de outros elementos aqui não explorados, como a defesa e respeito pelas identidades culturais destas mulheres ribeirinhas, o impacto de formação do GMAPIC e MMIB como espaço para agregar e articular demandas situadas localmente para mulheres de diferentes localidades nas Ilhas de

Belém em relação às agendas para desenvolvimento, elementos estes que são considerados centrais para uma interpretação mais profunda. Há também o fato de que pouco se discute a interação do MMIB com a esfera da sociedade civil organizada, já que o MMIB também tem em seu eixo de atuação tentativas de sensibilização e engajamento social para as jovens e jovens das Ilhas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2015.
- BRILHO, Silvaneide Santos de Queiroz Côrte. **Dinâmica Econômica e Social na Amazônia rural: o protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) - PA**. 2015. 184 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas.
- CAMPOS, Ingrid Zanella Andrade; MARQUES, Clarrisa. A análise histórica internacional do princípio do desenvolvimento sustentável. **Caderno de Relações Internacionais**, Recife, vol. 8, nº 14, jan-jun. 2017.
- CEPAL. Autonomia das mulheres e igualdade na agenda de desenvolvimento sustentável. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40706>>. Acesso em 07 dez 2018.
- DERGAN, João Marcelo Barbosa. Formação histórica das Ilhas de Belém: A relação cultura e natureza. **Anais da ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, 2005.
- ELGSTON, Anne E. **Sustainable Development: A history**. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Global Affairs) - Graduate Program in Global Affairs, State University of New Jersey, New Jersey.
- ESCOBAR, A.. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, Norteamérica, 21, sep. 2012.
- \_\_\_\_\_. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Coord.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad em tempos de globalização**. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2005.
- FRAXE, Teresinha Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O Ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.** vol.61 no.3 São Paulo, 2009.
- HARCOURT, Wendy. **Handbook of Gender and Development: Critical Engagements in Feminist Theory and Practice**. 1 ed. UK: Palgrave Macmillan, 2015.
- ICAZA, Rosalba; VÁZQUEZ, Rolando. The coloniality of gender as a radical critique of developmentalism. In: HARCOURT, Wendy. **Handbook of Gender and Development: Critical Engagements in Feminist Theory and Practice**. 1 ed. UK: Palgrave Macmillan, 2015.
- MOHANTY, Chandra Talpade. “Bajo los ojos de occidente”. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Aída. **Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los margenes**. Madrid: Editora Cátedra, 2008.
- MUKHOPADHYAY, Maitrayee. Mainstreaming Gender on “Streaming” Gender away, feminists marooned in development business. In: HARCOURT, Wendy. **Handbook of Gender and Development: Critical Engagements in Feminist Theory and Practice**. 1 ed. UK: Palgrave Macmillan, 2015.
- NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme F. Waterloo (Org). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1 ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- PEABIRU. Marco contextual da Belém ribeirinha. 2014. Disponível em:<<https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2014/08/belemribeirinha-marcocontextual.pdf>>. Acesso em 7 de dez 2018.
- SCHMINK, Marianne; GÓMEZ-GARCÍA, Marliz Arteaga. Embaixo do dossel: gênero e florestas na Amazônia. Centro Internacional de Pesquisa Florestal. 1 ed. CIFOR, Bogor (Indonésia): 2016.
- SILVA, Gielly Lima da; RODRIGUES, Rafael de Oliveira Castro. O papel da mulher na busca de novos referenciais socioeconômicos espaciais – o caso do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, na ilha de Cotijuba. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, 2014.
- SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso de recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGON, E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.